



Cavaco Silva recebe mais 20 diplomas na quinta-feira

Análise. Cerca de duas dezenas de diplomas vão chegar a Belém para promulgação no final da semana. A juntar aos 25 enviados há quatro dias. Todos aprovados pela Assembleia da República em Julho. A que se juntarão outros 60 do Governo

■ JOSÉ MANUEL BARROSO

Ontem foram recebidos em Belém 18 dos 25 diplomas enviados pelos serviços da Assembleia da República na passada sexta-feira. Os restantes sete devem ser recebidos hoje. E cerca de duas dezenas mais farão parte do lote de 45 diplomas aprovados nos últimos dias da sessão legislativa.

Se a este número se acrescentarem as esperadas seis dezenas de diplomas legislativos a enviar pelo Governo, mais de uma centena de documentos terão de ser analisados pela Presidência da República, para eventual promulgação de Cavaco Silva, em apenas um mês. O que justifica o comentário de Cavaco Silva, feito no domin-

go, no Redondo: "Não me recordo de haver tantos diplomas em final de legislatura, quase que encham um bom jipe".

Este "jipe" de diplomas não envolve, apenas, uma realidade quantitativa, mas também uma outra, de substância política diferente, dado o período eleitoral que se aproxima. O Presidente tem entre 20 a 40 dias para decidir sobre a promulgação – conforme a tipologia de cada diploma – e sete dias para enviar cada um deles para o Tribunal Constitucional, se assim o entender.

O que obrigará o Presidente a fazer uma condução particular do seu percurso, até à decisão de promulgação ou de não promulgação. Sobretudo porque muitos desses



Cavaco Silva tem muito trabalho durante as férias

Prazos constitucionais farão cair decisões do PR a meio da campanha para as legislativas

diplomas são complexos, quer do ponto de vista de uma análise jurídica do seu articulado, quer do ponto de vista da análise política.

Qualquer decisão mais polémica – veto ou pedido de verificação de constitucionalidade – se transferirá automaticamente para o debate eleitoral, com o habitual registo de ganhos e perdas partidários. E isto porque qualquer decisão de Cavaco Silva, dados os prazos para a promulgação ou não promulgação dos diplomas, cairá em ple-

na campanha eleitoral para as legislativas.

No rol dos diplomas mais 'políticos' estão Código Contributivo, oriundo do Ministério do Trabalho e Segurança Social e que toda a oposição considerou de aprovação prematura, nomeadamente sem discussão pública prévia. Tal como o Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas, que levanta dúvidas de constitucionalidade, o novo Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, para o qual o CDS-PP pediu o veto presidencial.

Outros diplomas polémicos são o que envolve o levantamento do sigilo bancário, o que altera a Lei das uniões de facto e a lei sobre a violência doméstica. ■